

# PAINT- CAIN 2017



## **Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2017**

Objetivo do PAINT é versar sobre os meios de atuação para a área de auditoria interna e contribuir com a Prefeitura Municipal de São Paulo na busca por resultados satisfatórios quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos e fatos da gestão.

**Controladoria Geral do  
Município de São Paulo**  
**Coordenadoria de Auditoria  
Interna-CAIN**





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA GERAL



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA GERAL

**Prefeitura Municipal de São Paulo  
Controladoria Geral do Município  
Coordenadoria de Auditoria Interna - CAIN**

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT.....	4
3.	ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	5
4.	DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	6
5.	ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	11
6.	A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.....	13
7.	A COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA.....	14
8.	RECURSOS HUMANOS E ORÇAMENTO DA CAIN .....	18
9.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	19
10.	ATIVIDADES PREVISTAS .....	22
11.	FLUXOS DE PROCESSOS.....	24

## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2017 (PAINT) estabelece normas de elaboração e acompanhamento das atividades desempenhadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna área ligada a Controladoria Geral do Município.

Foi adotado como parâmetro o modelo instituído no Governo Federal pela Controladoria Geral da União – CGU, que é responsável por estabelecer normas de elaboração e acompanhamento da execução do planejamento anual das unidades de auditoria interna pertencentes às entidades da Administração do Poder Executivo Federal.

O objetivo do PAINT, por meio de procedimentos ordenados e sistemáticos, é versar sobre os meios para a atuação da área de auditoria interna e contribuir com a Prefeitura Municipal de São Paulo na busca por resultados satisfatórios quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos da gestão.

A Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP teve um orçamento estimado da ordem de R\$ 54,6 bilhões de reais para o ano de 2017, de acordo com a Lei nº 16.608, de 29 de Dezembro de 2016. Este Orçamento é composto por diversos tipos de Unidade, incluídos o poder Legislativo, a Administração Direta e Indireta, fundos especiais e orçamento de investimento em empresas municipais.

É papel da Coordenadoria de Auditoria Interna – CAIN verificar a execução e os resultados da utilização dos recursos da Administração Direta e Indireta do Município, de modo que seja assegurado o uso mais eficiente possível do orçamento paulistano.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2017 está em consonância com o Planejamento Estratégico da Coordenadoria de Auditoria Interna 2017 e para isso são feitos esforços no sentido de prever os recursos necessários para um efetivo método de controle e uma atuação inovadora de auditoria no Município de São Paulo.

Esse suporte se inicia na visão estratégica da Controladoria Geral do Município de São Paulo, refletindo um olhar inovador e transparente em relação às atuações das macrofunções do Controle Municipal. Dessa forma, o PAINT representa um compromisso de atuação e uma postura crítica perante as oportunidades do setor de auditoria no ano de 2017 no Município de São Paulo.

## **2. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT**

Para a elaboração do PAINT 2017, foram considerados:

- O diagnóstico das unidades do Município de São Paulo, obtido por meio da aplicação de metodologia de Auditoria Baseada em Riscos;
- O Planejamento Estratégico da Controladoria Geral do Município de São Paulo;
- A legislação aplicável à organização;
- Resultados dos trabalhos divulgados dos órgãos internos e externos de controle.

O período considerado para a execução do contemplado no PAINT 2017 é de 2 de janeiro a 29 de dezembro de 2017. Foi então considerada uma equipe composta por 42 servidores, sendo 22 AMCI e 20 Servidores do Núcleo de Acompanhamento Contábil.

Foi considerado um regime de 8 horas de trabalho por dia útil, bem como as férias.

Nas horas destinadas a cada tipo de trabalho, estão inclusos os tempos necessários para:

- O planejamento dos trabalhos;
- Coleta e análise de dados;
- Visitas *in loco*;
- Aplicação das técnicas de auditoria apropriadas;
- Aplicação da legislação;
- Elaboração das ordens de serviço, solicitações de auditoria, registros das constatações;
- Monitoramento de resultados das auditorias realizadas;
- Elaboração de Notas Técnicas e Relatórios de Auditoria, com os achados e as respectivas constatações, recomendações, respostas da área auditada e apresentação dos resultados;
- Realização de outros trabalhos que não são auditorias propriamente ditas, mas fazem parte das competências da CAIN.

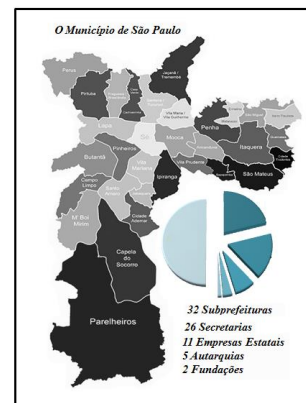
### 3. ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, Capital do Estado de São Paulo, apresenta um cenário financeiro dos mais complexos do Brasil, se não do mundo, possuindo o maior orçamento municipal brasileiro, bem como o maior PIB municipal do país, sendo este PIB aproximadamente 10,9% do PIB do Brasil e 33,8% do PIB do Estado de São Paulo, segundo dados de 2014 do IBGE. Sede ainda da Bolsa de Valores, Mercados e Futuros de São Paulo – BM&F Bovespa, a segunda maior bolsa de valores do mundo (em termos de valor de mercado).

Soma-se a isso, do ponto de vista sociocultural, o fato de que se verifica a existência de realidades locais muito diversas. Apresenta a maior população municipal do Brasil, bem como a sexta maior do mundo, segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) contando ainda com as maiores populações de origens étnicas estrangeiras (especificamente italiana, portuguesa, japonesa, espanhola, libanesa e árabe) fora de seus respectivos países, a cidade apresenta uma complexidade sociocultural muito grande, exigindo uma estrutura organizacional muito ampla para atender a toda a população, possuindo, além da estrutura básica de qualquer município, uma subdivisão territorial na forma de Subprefeituras para poder alcançar realidades locais de um Município de grande extensão.

Essas Subprefeituras (atualmente Prefeituras Regionais) (criadas em 2002 pela Lei 13.399/2002) segmentam a cidade de acordo com indicadores socioeconômicos, cabendo a elas as decisões e controle em nível local de assuntos municipais.

Concentram-se ainda na cidade não somente as estruturas sede de todas as unidades estatais paulistanas, mas também a maior parte das sedes de estruturas estatais estaduais, o que aponta para a importância que o município tem do ponto de vista da Administração Pública.



*O Município de São Paulo é então dividido entre 22 Secretarias, 32 Prefeituras Regionais, 11 Empresas Municipais, 5 Autarquias e 2 Fundações.*

## 4. DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A Controladoria Geral do Município de São Paulo investe em métodos modernos, usados amplamente por outros órgãos de controle no país e no exterior, entre um destes métodos, se tem a avaliação de risco.

A avaliação de risco é um processo para definição de algumas auditorias prioritárias, obtidas por meio dos resultados das matrizes de vulnerabilidade, sendo assim uma análise conjugada e comparativa dos fatores de vulnerabilidade das unidades auditáveis do Município de São Paulo.

Para classificação as unidades auditáveis foram divididas em três grupos: Prefeituras Regionais, Secretarias e Administração Indireta. Foram atribuídas notas a cada uma das Unidades, de 1 a 4 (sendo 1 a menos frágil e 4 a mais frágil), permitindo comparação entre todas as unidades do mesmo tipo.

Para chegar a esta nota, foram atribuídas notas a diversos indicadores (também de 1 a 4), permitindo que os resultados de cada um sejam analisados de forma confrontada, não bruta, assim resultando em uma criticidade comparativa, não gravidade isolada. Para coletar os dados dessa matriz, foram utilizadas diversas fontes, tais como sistemas (ex.: SOF e Transparência), solicitação de dados elaborados por outras Secretarias, solicitação de dados para as próprias Unidades.

Vale notar ainda que, para que as matrizes não apresentem resultados enviesados, os indicadores não são de apenas um tipo, mas quatro:

- Indicadores de materialidade;
- Indicadores econômicos;
- Indicadores de controle;
- Indicadores sociais.

Isso permite uma visão mais abrangente, uma vez que através da realização dessas matrizes foram observados diversos aspectos das Unidades da PMSP. Além disso, os indicadores foram arquitetados para que pudessem ser observados de maneira inter-relacionada, bem como para que pudessem ser aprofundados em uma análise isolada de uma Unidade.

### Classificação das Unidades

## Matriz de Vulnerabilidade

### O que é?

A matriz de Vulnerabilidade da Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município de São Paulo permite embasar o direcionamento das auditorias futuras.

A Matriz é uma ferramenta de quantificação de indicadores, a qual possibilita comparação justa e equivalente de todas as Unidades da Prefeitura.

Essa ferramenta permite a identificação das características comuns a todas as unidades da Administração Direta e Indireta para aferir as potenciais fragilidades dessas unidades, assim, é possível identificar os mais vulneráveis a casos de corrupção e irregularidades.

Conforme dito, as Matrizes de Vulnerabilidade elaboradas por CAIN são instrumentos comparativos, resultando, ao final, em uma classificação entre as Unidades de mesmo tipo. Essa classificação se dá através da divisão das Unidades em quatro grandes grupos (cada grupo representado pela nota a si atribuída), sendo estes: 1 – criticidade baixa; 2 – criticidade média; 3 – criticidade alta; 4 – criticidade altíssima.

As matrizes relativas às Secretarias, Subprefeituras e Empresas Estatais já tiveram suas primeiras versões totalmente finalizadas, enquanto os dados das Autarquias e Fundações estão sendo coletados para futura elaboração de outra Matriz de Vulnerabilidade.

#### Seleção de Unidades para auditorias baseadas em risco (ABR)

Nas auditorias assistemáticas são atacados problemas específicos, os quais são relativos a Unidades específicas. Já no caso das auditorias sistemáticas, serão utilizados alguns métodos para seleção de Unidades de cada tipo.

Para os tipos de Unidade que já possuem Matrizes de Vulnerabilidade elaboradas, serão consideradas tais matrizes, sendo selecionadas para serem auditadas com maior frequência Unidades que tenham maior nota, dentro do número total de auditorias a serem realizadas em 2017. Serão realizadas também, em menor volume, escolhas aleatórias, através de “sorteios”, de modo que as Unidades com criticidade baixa também sejam auditáveis.

Por fim, para as Unidades da Administração Indireta que ainda não possuem uma matriz pronta, serão utilizados os dados coletados para elaboração dos indicadores a serem usados nas futuras matrizes, bem como dados vindos de outras fontes, como da Ouvidoria Geral do Município ou de estudos da própria CAIN.

#### Diagnóstico

O resultado obtido por meio das matrizes de vulnerabilidade está exposto a seguir:



*Diagnóstico de Secretarias*

Secretaria	Classificação
Assistência e Desenvolvimento Social	4
Comunicação	1
Cultura	4
Urbanismo e Licenciamento	1
Direitos Humanos e Cidadania	3
Educação	4
Esportes e Lazer	4
Gestão	3
Governo	3
Habitação	3
Serviços e Obras	4
Justiça	1
Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida	1
Desestatização e Parcerias	1
Saúde	4
Inovação e Tecnologia	1
Prefeituras Regionais	4
Trabalho e Empreendedorismo	3
Mobilidade e Transportes	2
Verde e Meio Ambiente	3
Fazenda	2
Segurança Urbana	2

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

*Histórico*

*Demanda Interna*

*Aprimoramento dos métodos de identificação de riscos*

*Fortalecimento da Gestão Pública*

*Informações*

*Para arrecadar todas as informações necessárias, a CGM utilizou diversas fontes de informação, banco de dados e até pesquisas inéditas.*

*Apoio das secretárias, subprefeituras e empresas na construção dos dados.*

*Ao agregar estas informações, é possível avaliar o nível de criticidade de uma Unidade, a fim de que se possa priorizar uma auditoria nos locais mais vulneráveis.*



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA GERAL

Diagnóstico da Administração Indireta - Empresas

Empresa	Classificação
Companhia de Engenharia de Tráfego	4
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	4
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município	3
Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	2
São Paulo Negócios	2
São Paulo Obras	2
Companhia Paulista de Securitização	1
São Paulo Transportes	4
São Paulo Turismo	3
São Paulo Urbanismo	3
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo	1

*Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT*

Diagnóstico da Administração Indireta – Autarquias e Fundações

Empresa	Classificação
AMLURB	4
AHM	4
HSPM	4
Serviço Funerário	4
IPREM	3
Fundação Theatro	4



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA GERAL

*Diagnóstico das Prefeituras Regionais*

<b>Prefeitura Regional</b>	<b>Classificação</b>
Aricanduva/Vila Formosa/Vila Carrão	3
Butantã	4
Campo Limpo	4
Capela do Socorro	4
Casa Verde/Cachoeirinha	1
Cidade Ademar	3
Cidade Tiradentes	1
Ermelino Matarazzo	2
Freguesia do Ó/Brasilândia	3
Guaianases	2
Ipiranga	4
Itaim Paulista	1
Itaquera	4
Jabaquara	3
Jaçanã/Tremembé	2
Lapa	3
M'Boi Mirim	4
Mooca	3
Parelheiros	2
Penha	3
Perus	1
Pinheiros	2
Pirituba/Jaraguá	2
Santana/Tucuruvi	1
Santo Amaro	4
São Mateus	3
São Miguel	3
Sapopemba	1
Sé	4
Vila Maria/Vila Guilherme	1
Vila Mariana	1
Vila Prudente	2

*Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT*

## 5. ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Exame do orçamento da Prefeitura Municipal de São Paulo permitiu identificar quais os gastos realizados pela Administração segmentados por área, observando-se quais as funções mais significativas do ponto de vista financeiro-orçamentário para a PMSP.

Proposta de Orçamento de PMSP (PLOA)				
Orçamento Atualizado 2016 x Proposta 2017 (valores em milhares de Reais)				
Descrição da Função	Orçamento Atualizado 2016	Proposta 2017*	Variação 2016-2017	Participação
Educação	11.203.952	11.054.098	-1%	20,3%
Previdência Social	9.417.852	10.203.929	8%	18,7%
Saúde	9.450.542	9.875.027	4%	18,1%
Urbanismo	5.975.863	5.319.100	-11%	9,8%
Encargos Especiais	4.615.719	5.130.850	11%	9,4%
Transporte	4.386.656	4.199.838	-4%	7,7%
Habitação	1.763.826	1.584.806	-10%	2,9%
Assistência Social	1.341.338	1.420.877	6%	2,6%
Administração	916.027	1.116.854	22%	2,0%
Legislativa	852.470	899.171	5%	1,6%
Saneamento	1.332.065	851.660	-36%	1,6%
Cultura	716.855	756.381	6%	1,4%
Segurança Pública	528.228	582.207	10%	1,1%
Desporto e Lazer	651.849	355.809	-45%	0,7%
Judiciária	241.239	264.720	10%	0,5%
Gestão Ambiental	274.425	225.716	-18%	0,4%
Comunicações	203.626	170.129	-16%	0,3%
Reserva de Contingência	165.000	165.000	0%	0,3%
Direitos da Cidadania	120.108	133.347	11%	0,2%
Trabalho	137.801	121.811	-12%	0,2%
Comércio e Serviços	110.655	102.358	-7%	0,2%
Defesa Nacional	551	496	-10%	0,0%
Relações Exteriores	655	380	-42%	0,0%
<b>Total</b>	<b>54.407.300</b>	<b>54.534.563</b>	<b>0,2%</b>	<b>100,0%</b>

*Fonte: Proposta de Lei Orçamentária Anual 2017*

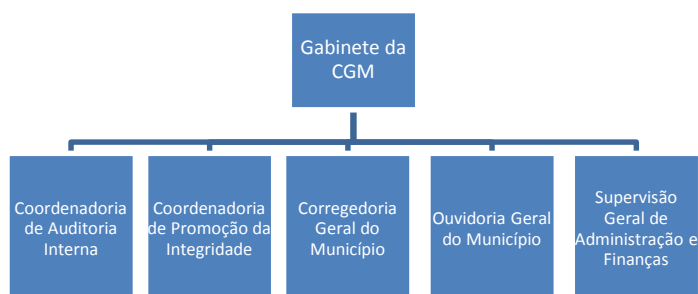
*\*Números antes da aprovação, aguardando a atualização da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico.*

Observada acima a Proposta Orçamentária para o ano de 2017, cabe citar, como despesa do poder Executivo, todo o escopo de atividades apontadas na tabela. A partir dessas informações, verificam-se quais áreas oferecem maior necessidade de controle do ponto de vista econômico-orçamentário, bem como seu peso em relação ao restante do orçamento.

Por exemplo, as áreas da Educação, da Previdência Social e da Saúde da PMSP são as que mais recursos operam, com orçamento previsto para quase o dobro de diferença em relação ao próximo na lista, urbanismo. Desta forma, estas funções representam um peso muito maior do orçamento municipal do que as outras, sendo também as que mais devem atentar ao uso eficiente e controlado dos recursos que recebem.

## 6. A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Controladoria Geral do Município é estruturada em cinco Coordenadorias, uma Supervisão Geral de Administração e Finanças e seu Gabinete, o qual conta com uma Assessoria de Produção de Informações e Inteligência.



*Elaborado pela equipe técnica responsável pelo PAINT*

O Controle Interno municipal é representado pela Controladoria Geral do Município de São Paulo, a qual é composta por quatro macro funções, dentre elas: Ouvidoria, Auditoria, Correição e Prevenção e Transparência. A função de auditoria da CGM é desempenhada pela Coordenadoria de Auditoria Interna – CAIN.

A CAIN é o órgão responsável pela fiscalização do Controle Interno das Administrações Direta e Indireta Municipais, bem como quaisquer entidades de Direito Privado que recebam recursos do município de São Paulo (Terceiro Setor).

*A Controladoria Geral do Município de São Paulo, foi instituída através da Lei 15.764 de 27 de maio de 2013.*

### *Missão*

*A missão da CGM é verificada através de suas competências, dadas pelo artigo 119 da lei 15.764 de 27 de maio de 2013.*

### *Visão*

*Trazer à prefeitura de São Paulo padrões de excelência em Auditoria, Corregedoria, Ouvidoria e Promoção da Integridade.*

### *Valores*

*Qualidade*

*Integridade*

*Cooperação*

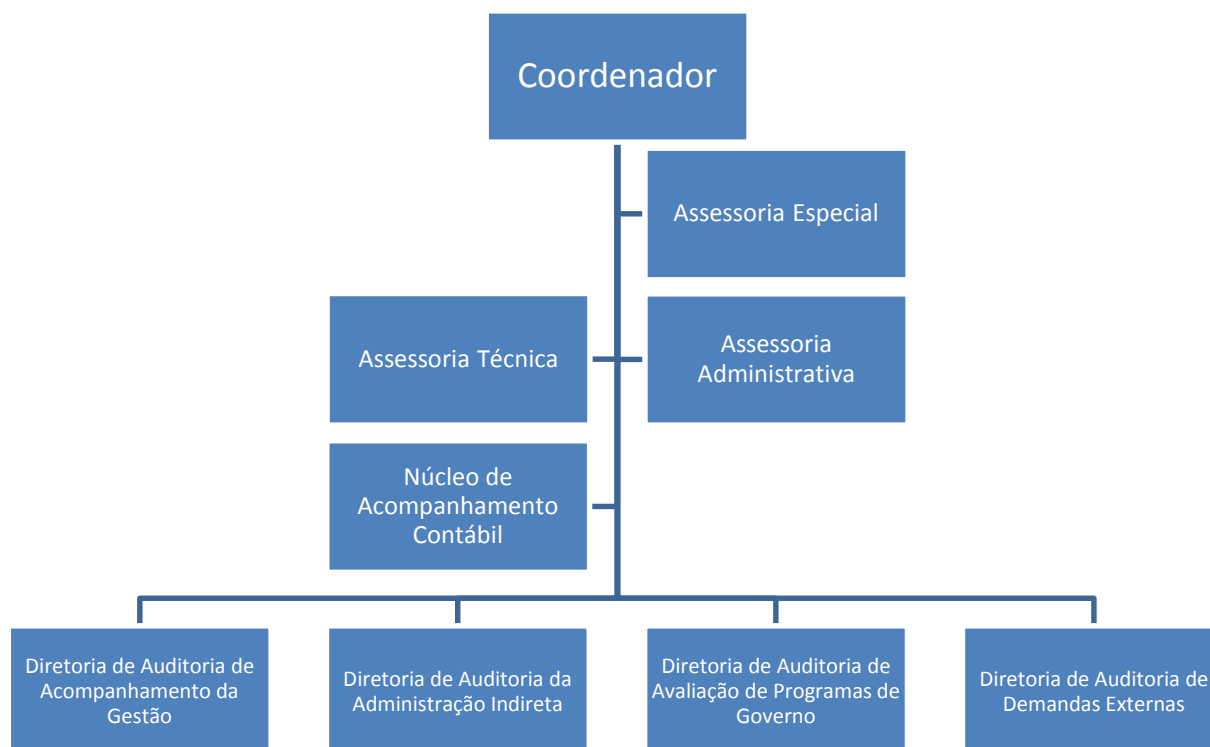
*Colaboração*

## 7. A COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

A Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município de São Paulo é a coordenadoria responsável pela verificação da execução e dos resultados da utilização dos recursos da PMSP, de modo que seja assegurado o uso mais eficiente possível do orçamento paulistano, bem como pela fiscalização das Unidades da Prefeitura, desempenhando parte essencial importante de Controle Interno da Administração Pública Municipal.

### Estrutura organizacional de CAIN

O organograma da Coordenadoria de Auditoria Interna, apresentado abaixo, teve sua composição a partir do novo modelo da Coordenadoria de Auditoria Interna, estrategicamente pensado visando as novas atuações em auditorias. Soma-se a isto a possibilidade de atuação mais abrangente, visto o aumento de seu efetivo de servidores. Em complemento, é importante ressaltar que o organograma está alinhado com o Planejamento Estratégico do ano de 2017.

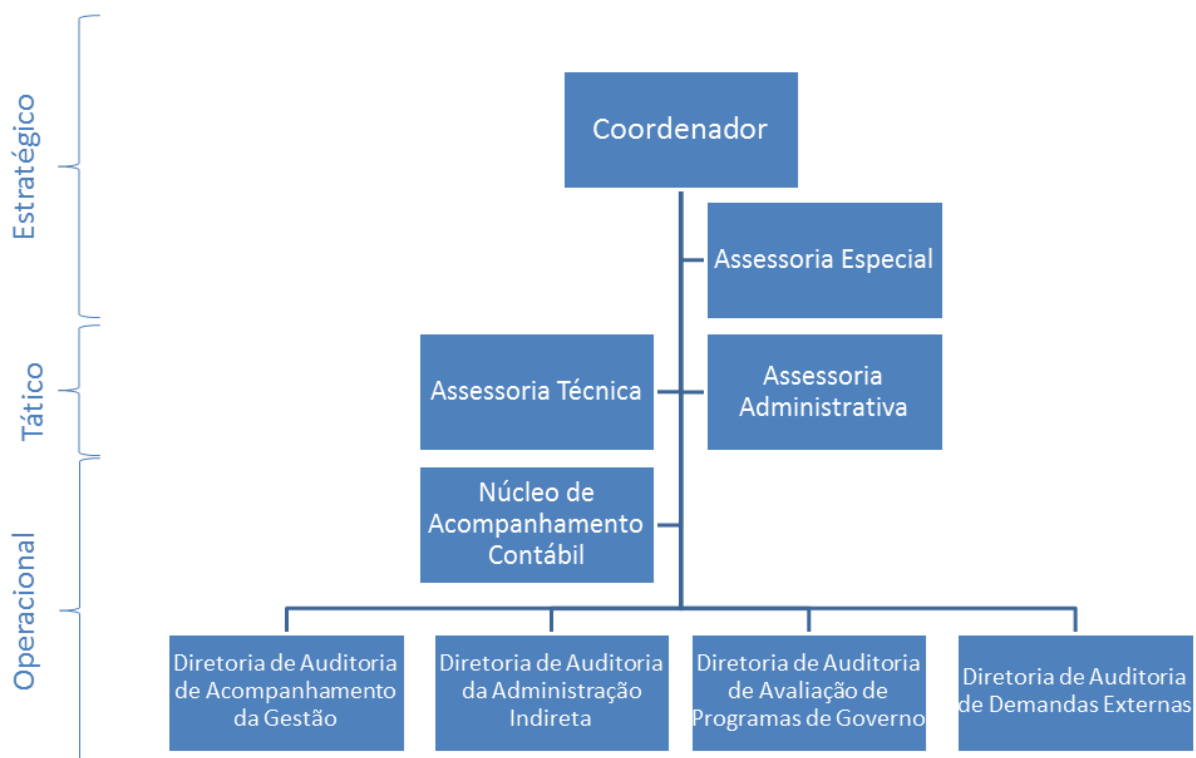


De acordo com os níveis de atuação podemos destacar conforme a figura a seguir, que o nível estratégico está vinculado ao direcionamento de longo prazo, visão de futuro, focaliza no ambiente externo, tem ênfase na efetividade e aborda a posição da auditoria perante a CGM como um todo, sendo no âmbito da CAIN representada pelas funções do Coordenador e seus Assessores Especiais.

Por sua vez o nível tático é o direcionamento de médio prazo, o qual aborda a unidade organizacional e focaliza na articulação interna, com ênfase para a eficácia nos trabalhos de auditoria, abordando o ambiente específico e interno da CAIN, tendo representação realizada pela Assessoria Técnica e Assessoria Administrativa.

Por fim, há ainda o nível operacional cujo direcionamento no curto prazo aborda cada tarefa e operação, focaliza em processos e possui ênfase na eficiência. Neste nível estão representados o Núcleo de Acompanhamento Contábil e as quatro Diretorias.

Pode-se observar a organização da CAIN, com suas respectivas divisões de nível organizacional no organograma a seguir:



*Elaborado pela equipe técnica responsável pelo PAINT*

### Departamentalização

As atividades são realizadas em um Núcleo e quatro Diretorias, os quais são demandados através do Coordenador de Auditoria Interna, o qual solicita tarefas segregadas pela natureza de cada caso. Estas divisões são:

- Núcleo de Acompanhamento Contábil
- Diretoria de Auditoria de Acompanhamento da Gestão
- Diretoria de Auditoria da Administração Indireta
- Diretoria de Auditoria de Avaliação de Programas de Governo
- Diretoria de Auditoria de Demandas Externas



## Detalhamento das unidades de diretoria

### *Núcleo de Acompanhamento Contábil – NAC*

Este núcleo é o responsável pelas tarefas de natureza contábil da CAIN. São responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e acompanhamento das determinações, em relação às contas, do Prefeito Municipal constante no sistema Diálogo do TCM.

Subsidiar as auditorias realizadas pelas Diretorias da CAIN, acompanhando as informações contábeis emitidas pela Prefeitura como um todo, além de apreciar as prestações de contas das Unidades municipais.

### *Diretoria de Auditoria de Acompanhamento da Gestão – DAAG*

Responsável pela realização de auditorias nas Secretarias e Subprefeituras que terão como escopo principal a verificação da regularidade de seus processos licitatórios, da execução dos contratos deles decorrentes, da gestão de seu patrimônio, da gestão de recursos humanos, da arrecadação das taxas e tributos sob sua responsabilidade, entre outros.

### *Diretoria de Auditoria da Administração Indireta – DAAI*

Diretoria responsável pela realização de auditorias nas Empresas Estatais (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista), Autarquias e Fundações, as quais terão escopo principal similar ao da DAAG, porém com características e legislação específicas para estes modelos de organização. Há ainda em sua gama de responsabilidades auditorias com foco contábil, operacional, de conformidade e/ou de avaliação da gestão das Unidades.

### *Diretoria de Auditoria de Avaliação de Programas de Governo – DAAPG*

É a responsável pela avaliação da execução dos Programas de Governo, os quais estão, principalmente, sob responsabilidade de Secretarias. Além da verificação da regularidade dos gastos necessários para a execução dos Programas e sua eficiência, a DAPG também tem como objetivo avaliar a eficácia e efetividade dos Programas junto à sua população alvo.

### *Diretoria de Auditoria de Demandas Externas – DADE*

A DADE se trata da responsável pela realização de auditorias que tenham origem através de solicitações de externos à CAIN. Estes externos podem ser outros departamentos da própria CGM (Ouvidoria, Corregedoria, Gabinete etc.), outros órgãos da Administração Direta municipal (outras Secretarias ou Subprefeituras), o Gabinete do Prefeito, outros órgãos de

controle do município ou não (Tribunal de Contas do Município e Ministério Público do Estado) ou mesmo a sociedade e seus apelos e necessidades.

Origem da demanda	Quantidade
Corregedoria	7
Gabinete da CGM	3
MPE	13
Ouvidoria	52
Câmara dos Vereadores	2
Governo do Estado	1
Secretarias do Município	1

Com a entrada dos novos Auditores pretende-se reduzir significativamente o tempo para análise das demandas externas recebidas.

## 8. RECURSOS HUMANOS E ORÇAMENTO DA CAIN

Para o exercício de 2017, o orçamento estimado de CAIN é, conforme se verifica na tabela a seguir, da ordem de R\$ 7.307.144,44. (vinculada à Secretaria Municipal de Justiça)

Orçamento 2016 X Prévia Orçamentária 2017		
	Exercício 2016	Previsão 2017
<b>Gasto de Pessoal (R\$)</b>	R\$ 2.837.782,20	R\$ 5.926.232,25
<b>Gasto Operacional (R\$)</b>	R\$ 750.718,32	R\$ 1.380.912,18
<b>Total</b>	R\$ 3.588.500,52	R\$ 7.307.144,44

*Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT*

O crescimento em relação ao ano de 2016 se deve à admissão de 24 (atualmente 22) auditores a partir de maio de 2016, bem como à mudança de ambiente de trabalho, o que modifica os custos para a CAIN em relação à CGM como um todo.

Atualmente a força de trabalho de CAIN está assim composta:

- 1 Coordenador – Cargo em Comissão;
- 2 Assessores Especiais – Cargo em Comissão;
- 22 Auditores Municipais de Controle Interno; e
- 20 Analistas de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional.

## **9. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O Planejamento Estratégico da Controladoria Geral do Município de São Paulo, subsidiou a construção deste Plano Anual de Auditoria Interna, o qual foi baseado nas políticas norteadoras do controle interno. Em relação à composição do Planejamento Estratégico da CAIN podemos observar sua Missão, Visão, Valores e Diretrizes, conforme apresentado abaixo:

### Missão

Assegurar a eficiência e eficácia do Controle Interno nos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta em defesa do patrimônio público, atendendo ao interesse social.

### Visão

Até 2020 fortalecer a imagem da Coordenadoria de Auditoria Interna de forma a ser reconhecida como Unidade essencial de controle e fiscalização da gestão dos recursos públicos.

### Valores

- Autonomia;
- Independência;
- Objetividade;
- Imparcialidade;
- Transparência;
- Integridade.

### Diretrizes

- Promoção do planejamento das auditorias de cada área específica, obedecendo as metas propostas;
- Estabelecer padrões de auditoria;
- Acompanhar e Fiscalizar programas de governo;
- Realizar auditorias nos sistemas Contábil, Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Administração Direta e Indireta;
- Aumento do alcance do Controle Interno;
- Aperfeiçoamento de mecanismos de detecção de irregularidades;
- Aumento da sinergia com o controle social e cidadania;
- Monitorar as auditorias de exercícios anteriores;
- Desenvolvimento da nova carreira de Auditor Municipal de Controle Interno (AMCI);
- Estabelecer novas parcerias e manter as atuais com outros órgãos de controle interno.

### Macro Atividades

As macro atividades da CAIN, pautadas pelas diretrizes do controle interno do setor público que são disseminadas pelo Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI, podem ser observadas a seguir:

- Atuar de forma independente em relação ao auditado;
- Realizar auditorias de forma prévia, concomitante e a posteriori, priorizada a concomitante;
- Realizar auditorias de conformidade;
- Utilizar-se na auditoria dos seguintes componentes: Plano e Planejamento;
- Utilizar-se na auditoria dos seguintes componentes: Informação e comunicação ao órgão e monitoramento dos trabalhos feitos;
- Elaborar matriz de risco para o plano de auditoria;
- Publicar anualmente o plano de auditoria;
- Conhecer o ambiente de controle interno para o planejamento de auditoria;
- Avaliar no planejamento de auditoria os riscos e os recursos disponíveis (financeiros, humanos, materiais, entre outros);
- Utilizar-se de programas padrão de auditorias e constantemente atualizados;
- Supervisionar os trabalhos e auditoria para garantir o cumprimento de seus objetivos;
- Informar a corregedoria de infração disciplinar ou indícios de sua ocorrência detectados na execução da auditoria governamental;
- Elaborar relatórios, pareceres, notas técnicas e outros instrumentos de comunicação de auditoria;
- Comunicar formalmente os resultados de auditoria obtidos;
- Monitorar as recomendações sugeridas nos documentos emitidos aos órgãos auditados;
- Obter do auditado o plano permanente de providências, ou documento afim, para saneamento dos problemas detectados na auditoria realizada;
- Comunicar a autoridade competente para adoção de medidas referente à indisponibilidade dos bens de responsáveis indicados por dano ao erário após conclusão de tomada de contas especial.

### Perfil de atuação

Segundo as Normas Internacionais de Auditoria Interna: “...os auditores internos auxiliam a organização a realizar seus objetivos...avaliando e melhorando a eficácia dos processos de gerenciamento de (1) governança, (2) riscos e (3) controle.”;

Consoante o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IAA, a CAIN compõe a 3ª Linha de Defesa no Gerenciamento de Riscos da Administração Pública Municipal, devendo, dentre outras atividades: a revisão sobre a eficácia das duas primeiras linhas de defesa e contribuição para seu aprimoramento, bem como a avaliação quanto à eficiência e à eficácia das operações, a confiabilidade e a integridade das informações, dos processos e a conformidade com leis, regulamentos, políticas, normas, procedimentos e contratos.

Considerando que, atualmente, as 3 linhas de defesa devem atuar de forma integrada e harmonizada.

Não obstante que, atualmente, as 3 linhas de defesa devem atuar de forma integrada e harmonizada, as atividades da CAIN são executadas exclusivamente pelos seus servidores em exercício, uma vez que a CGM é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo municipal. Isso, combinado com a autonomia e independência do órgão, dá maior confiabilidade nas atividades de auditoria da CAIN.

As auditorias desempenhadas pela CAIN são definidas por vários métodos, sendo estes:

- Áreas de vulnerabilidade;
- Áreas que ficaram muito tempo sem receber auditorias;
- Demandas de dirigentes para inclusão de suas Unidades no Plano de Auditorias;
- Demandas oriundas do planejamento anual da PMSP;
- Denúncias e outros tipos de manifestação;
- Alertas de imprensa;
- Alta frequência de inconformidades;
- Impacto para a sociedade;
- Volume de recursos;
- Relevância dos Programas/Projetos da Unidade;
- Orçamento;
- Número, valor e relevância de Contratos;
- Número, valor e relevância de Convênios;
- Número, valor e relevância de Aditamentos.

Resumidamente, o perfil de atuação da CAIN pode ser descrito da seguinte maneira:



*Elaborado pela equipe técnica responsável pelo PAINT*

## Objetivos

A CAIN possui diversos objetivos, compostos por objetivos que são comuns a todas as áreas da CGM, bem como objetivos próprios, conforme se verifica na tabela a seguir:

<b>Objetivos Comuns</b>	<b>Objetivos Específicos da CAIN</b>
Promover boas práticas de gestão	Monitorar auditorias realizadas em exercícios anteriores
Criar e padronizar procedimentos	Implantar sistema de gerenciamento da auditoria
Aperfeiçoar comunicação interna	Aperfeiçoar matrizes de risco
Gerenciar qualidade da equipe	Realizar auditorias na Administração Indireta
	Avaliar programas de governo
	Normatizar criação dos departamentos de conformidade
	Formação de equipes com perfil de liderança
	Diminuir tempo para análise das demandas externas em estoque
	Apoiar a estruturação das COCINS nas várias unidades da PMSP

## 10 ATIVIDADES PREVISTAS

Com base nas premissas já apontadas neste documento, segue abaixo o quadro de atividades previstas para CAIN em 2017:

Premissas:

<b>Tipo de Atividade</b>	<b>Qtde AMCI na Equipe</b>	<b>Prazo (semanas)</b>	<b>H/H</b>
Auditoria para Programa de Integridade - Adm Direta	3	8	960
Auditoria de Avaliação de Programa de Governo	2	5	400
Auditoria de Integridade - Adm Indireta	2	5	400
Auditoria de Avaliação Completa da Gestão de Prefeituras Regionais	6	6	1440
Auditorias oriundas de Demandas Internas	2	5	400
Auditorias de Demandas Externas	2	5	400
Monitoramento de Recomendações da CGM/SP	1	1	40
Monitoramento de Determinações do TCM/SP	1	1	40
Monitoramento das Determinações do TCM - Sistema Diálogo	4	8	1280

<b>Horas Disponíveis por AMCI em 2017</b>	1936
---	------

<b>Dias Úteis em 2017 por AMCI</b>	<b>11 meses/22 dias úteis</b>
<b>AMCI na CAIN em Jan/2017</b>	22
<b>Total de Horas disponíveis CAIN em 2017</b>	42592



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA GERAL

**Proposta de Atividades da CAIN**

Diretoria	Tipo de Atividade	1º Trimestre de 2017		2º Trimestre de 2017		3º Trimestre de 2017		4º Trimestre de 2017		Totais	
		Qtde	H/H	Qtde	H/H	Qtde	H/H	Qtde	H/H	Qtde	H/H
DAAPG	Auditoria para Programa de Integridade - Adm Direta	1	960	1	960	1	960	1	960	4	3840
DAAI	Auditoria de Integridade - Adm Indireta	1	400	1	400	1	400	1	400	4	1600
DAAPG	Auditoria de Avaliação de Programa de Governo	1	400	2	800	3	1200	3	1200	9	3600
DAAG	Auditoria de Avaliação Completa da Gestão de Prefeituras Regionais	0	0	1	1440	1	1440	1	1440	3	4320
Todas	Auditorias oriundas de Demandas Internas	4	1600	5	2000	5	2000	5	2000	19	7600
Todas	Auditorias de Demandas Externas	5	2000	6	2400	6	2400	6	2400	23	9200
Todas	Monitoramento de Recomendações da CGM/SP	0	0	22	880	22	880	22	880	66	2640
Todas	Monitoramento de Determinações do TCM/SP	0	0	10	400	10	400	10	400	30	1200
Todas	Monitoramento das Determinações do TCM - Sistema Diálogo	0	0	0	0	1	1280	1	1280	2	2560

<b>Total H/H em Atividades em 2017</b>	<b>36560</b>
<b>Total H/H - Reserva Técnica - Cursos/Eventos/Atividades não Previstas</b>	<b>6032</b>
<b>Total H/H Disponível em 2017</b>	<b>42592</b>

**Proposta de Atividades da CAIN/NAC**

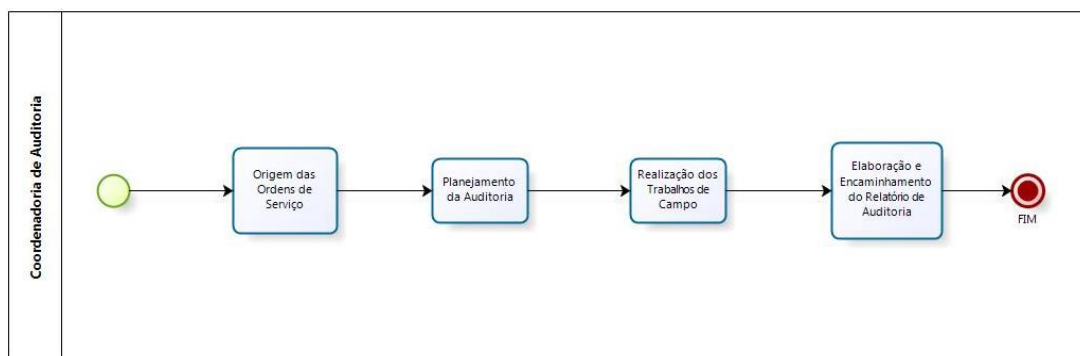
Planejamento CAIN/NAC			
1º Trimestre 2017	2º Trimestre 2017	3º Trimestre 2017	4º Trimestre 2017
Conclusão do Monitoramento das Determinações do TCM - Sistema Diálogo - Análise das manifestações de 20 Unidades da PMSP - Exerc. 2015	Início da Verificação do Cumprimento das Normas Referentes ao Encerramento Orçamentário - Exerc. 2016	Conclusão da Análise dos Relatórios da LRF 1º Quadrimestre/2017	Conclusão da Análise dos Relatórios da LRF 2º Quadrimestre/2017
Análise dos Relatórios da LRF 2º e 3º Quadrimestre/2016	Início da Análise dos Relatórios da LRF 1º Quadrimestre/2017	Início da Análise dos Relatórios da LRF 2º Quadrimestre/2017	Início da Análise dos Relatórios da LRF 3º Quadrimestre/2017
Conferência de Cálculos de Precatórios		Continuação da Verificação do Cumprimento das Normas Referentes ao Encerramento Orçamentário - Exerc. 2016	



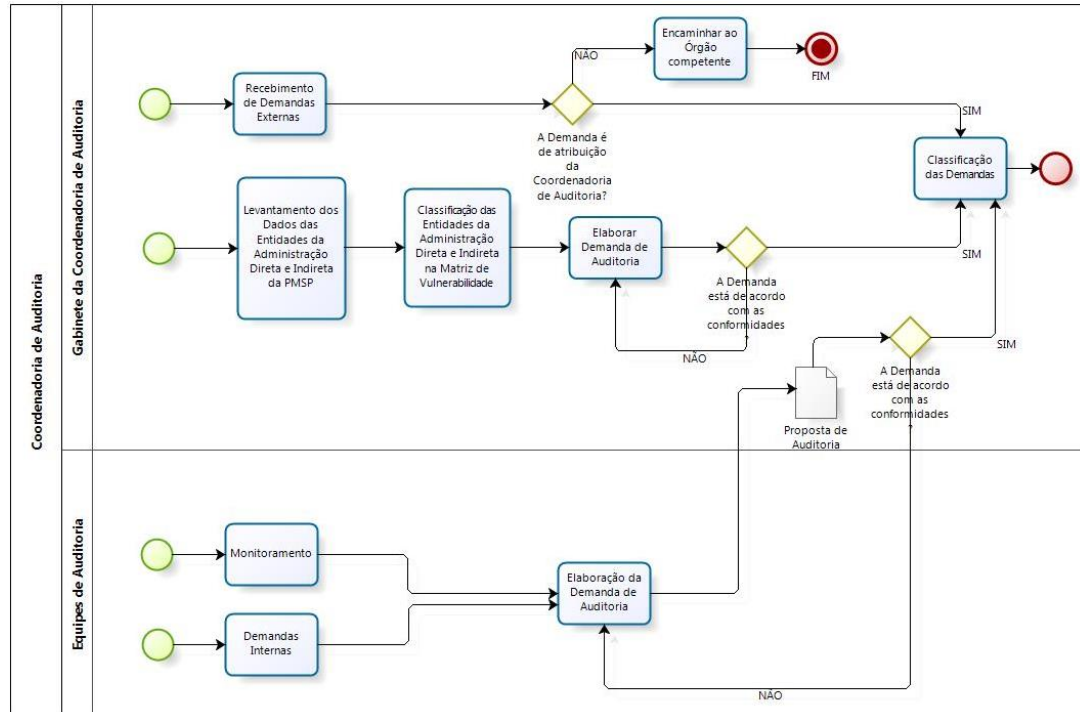
## 11 FLUXOS DE PROCESSOS

A CAIN possui planejamento de seus processos, descrevendo-os minuciosamente em todas as suas etapas, conforme apresentam os fluxogramas a seguir:

### Macroprocesso da Coordenadoria de Auditoria



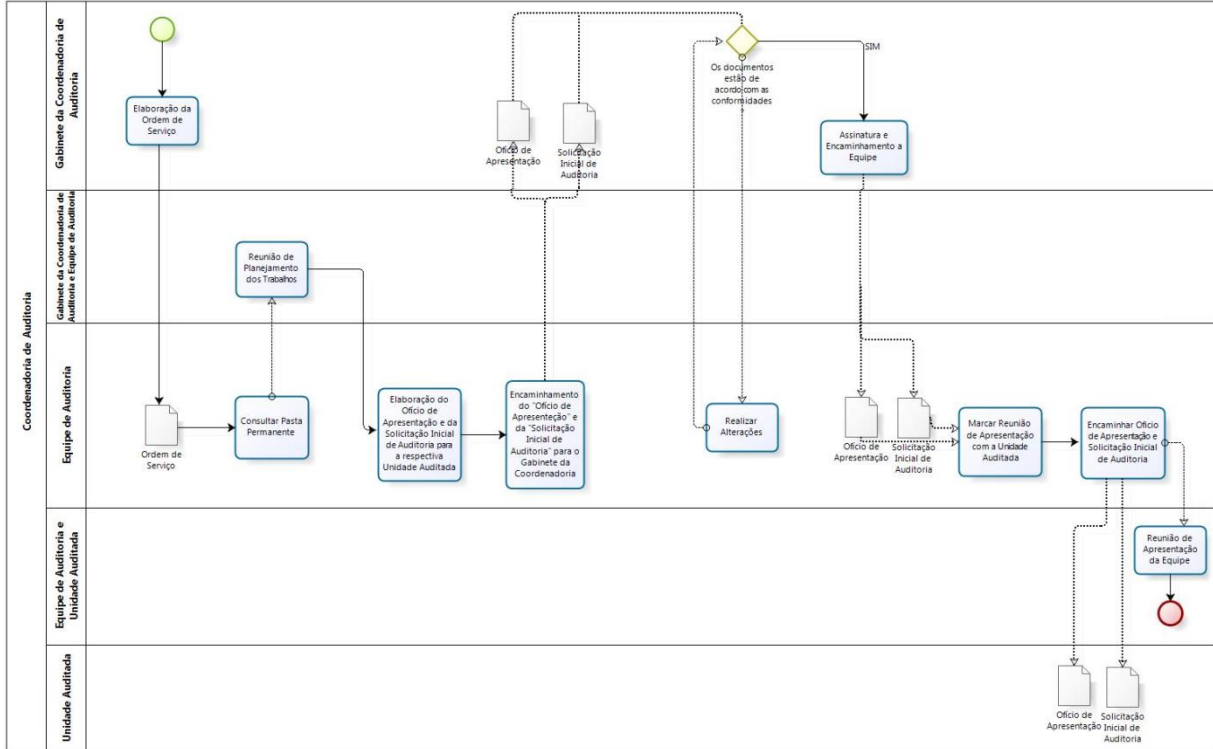
### Origens das Ordens de Serviço





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA GERAL

*Planejamento dos Trabalhos de Auditoria*







**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA GERAL

*Elaboração e Encaminhamento do Relatório de Auditoria*

